



COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 54/2025

I - RELATÓRIO:

Trata-se do Projeto de Lei nº 54/2025, de iniciativa do Vereador Victor Cremasco Mendonça, que assegura aos pais e aos responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos ou de seus dependentes em atividades pedagógicas de gênero realizadas em instituições de ensino públicas e privadas do Município de Nova Venécia.

O referido projeto foi apresentado ao Plenário no Expediente da Sessão Ordinária de 5 de agosto de 2025. Em seguida, foi distribuído às Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final e de Educação, Saúde e Assistência, nos termos do art. 134, do Regimento Interno (fl. 09).

Ao ser recebido pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o presidente se reservou para relatar a matéria e solicitou parecer jurídico, conforme disposto no art. 70, do Regimento Interno (fls. 10/11).

Às fls. 14/19 consta o Parecer Jurídico nº 91/2025, cuja manifestação é pela constitucionalidade e legalidade da proposição.

Às fls. 21/28 consta o parecer do relator acompanhado pelo parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (fls. 30/31), pela aprovação da matéria.

Na sequência, o Projeto de Lei nº 54/2025 foi incluído na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 19 de agosto de 2025 (fl. 32), entretanto, antes de iniciar a discussão e votação, o vereador Marlon de Oliveira Galvão requereu, verbalmente, vista à proposição, a qual foi concedida pelo Presidente, Victor Cremasco Mendonça, nos termos do art. 181, § 4°, do Regimento Interno (fl. 33).







Às fls. 36/105 observa-se que o vereador Marlon de Oliveira Galvão procedeu à juntada aos autos de cópia da Lei Estadual nº 12.479/2025, cópia do Despacho emitido pela Ministra Cármen Lúcia na Ação Direta de Constitucionalidade nº 7.847, cópia da Petição Inicial nº 9.8975 que deu origem à ADI nº 7.847 e cópia da manifestação do Governo do Estado do Espírito Santo na ADI nº 7.847.

Em seguida, o vereador Marlon de Oliveira Galvão apresentou ao Plenário o Requerimento nº 106/2025, que requer que o Projeto de Lei nº 54/2025 tramite pela Comissão de Educação, Saúde e Assistência, em observância à competência da comissão prevista no art. 82, do Regimento Interno (fl. 106), o qual foi aprovado por maioria (fl. 107).

À fl. 108 consta a distribuição da matéria à Comissão de Educação, Saúde e Assistência (CESA).

Ao ser encaminhado à Comissão de Educação, Saúde e Assistência, o presidente designou o vereador José Luiz da Silva como relator do Projeto de Lei nº 54/2025 (fl. 109).

À fl. 111 verifica-se que gabinete do vereador José Luiz da Silva chegou a receber a matéria, entretanto, não houve a emissão do parecer do relator uma vez que o referido vereador apresentou o Requerimento nº 110/2025, cujo objeto é a renúncia do cargo de membro da Comissão de Educação, Saúde e Assistência, o qual foi aprovado por maioria (fl. 113/114).

Às fls. 115/116 foi juntada a Portaria nº 3.849, de 29 de setembro de 2025, com a designação do vereador Eduardo Soares Cesana para preencher a vaga da Comissão de Educação, Saúde e Assistência.

Uma vez recomposta a Comissão de Educação Saúde e Assistência, verifica-se que o presidente, vereador Felipe Barbosa dos Santos, designou o vereador João Júnior Vieira dos Santos para relatar o Projeto de Lei nº 54/2025 (fl. 117).

 $\acute{\rm E}$ o relatório, passa-se ao parecer, conforme as competências da comissão previstas no art. 82 do Regimento Interno.

II – DAS NORMAS QUE REGEM O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO:

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder aos pais ou responsáveis legais o direito de retirar seus filhos das atividades escolares que abordem temas relacionados à identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, igualdade de gênero e assuntos similares.

O autor justifica a proposta sob o argumento do exercício pleno do poder familiar dos pais e responsáveis, assegurando-lhes o direito de dirigir a educação de seus filhos menores, conforme os valores educacionais de cada núcleo familiar.





A Constituição Federal de 88 dispõe que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art. 205).

Além disso, o art. 206, da Constituição Federal, assegura o seguinte:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (...)

Por seu turno, o art. 22, XXIV, da Constituição Federal, dispõe que compete *privativamente* à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Assim, sobreveio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que estabelece normas gerais sobre a educação escolar brasileira e delega ao Ministério da Educação a elaboração das diretrizes curriculares nacionais.

Vale mencionar ainda, que o art. 3º, da Lei 9.394/96, dispõe que o ensino será ministrado com base nos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, no respeito à liberdade e apreço à tolerância, à vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, entre outros.

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular, instituída por meio Resolução do Conselho Nacional de Educação/CP nº 1/2017, define os conteúdos e competências essenciais que todos os alunos da educação básica devem aprender. Ela orienta os currículos escolares e assegura que temas relacionados à identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual e igualdade de gênero sejam abordados de forma transversal, promovendo a formação integral dos estudantes e o respeito à diversidade.

Já, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, com o objetivo de dar cumprimento ao disposto no art. 214, da Constituição Federal, estabelece metas e estratégias para a educação brasileira em um período de 10 anos. Entre suas diretrizes, destaca-se a promoção da igualdade de gênero e a garantia de uma educação inclusiva, que respeite as diferenças e combata todas as formas de discriminação.

Portanto, é indiscutível que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania, não competindo à lei municipal interferir nas atividades pedagógicas, cuja regulamentação é de competência privativa da União.

Avenida Vitória, 23 – Centro – Caixa Postal 4 – 29830-000 – Nova Venécia-ES

Relefax: (27) 3757-1757 doga 9 pp. 150 pm https://novay/pp.ca.govp.pas.em.ph.caixa pp. 23 – p-377

Relefax: (27) 3757-1757 doga 9 pp. 150 pm https://novay/pp.ca.govp.pas.em.ph.caixa





Vale mencionar ainda, que os dispositivos acima citados, garantem o direito de cátedra ao docente que possui autonomia intelectual e científica para desenvolver conteúdos e métodos didáticos de acordo com as diretrizes educacionais nacionais (como a BNCC e a LDB), sem ingerência ideológica ou política externa.

Por outro lado, se faz necessário esclarecer que a discussão de gênero nas escolas e em outros espaços formativos não se limita à temática LGBTQIAPN+.

O conceito de gênero é muito mais abrangente e envolve o estudo e a reflexão sobre as relações sociais, históricas e culturais entre homens e mulheres, bem como as desigualdades estruturais que decorrem dessas relações.

Tratar de gênero, portanto, significa abordar questões de equidade, respeito e justiça social, fundamentais para a formação cidadã e para a consolidação de uma sociedade democrática. Isso inclui, por exemplo, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, o combate ao assédio moral e sexual, a divisão equitativa de responsabilidades familiares e o reconhecimento das múltiplas formas de violência de gênero que ainda persistem na sociedade.

Do ponto de vista jurídico e pedagógico, a educação em gênero está diretamente vinculada aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1°, III, da CF) e da igualdade (art. 5°, *caput* e inciso I, da CF), bem como aos objetivos fundamentais da República de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3°, IV, da CF).

Quanto ao debate sobre orientação sexual e diversidade sexual nas escolas, tem-se que é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, democrática e livre de preconceitos. Tais discussões contribuem para que os estudantes compreendam a diversidade humana e aprendam a respeitar as diferenças de identidade, expressão e orientação sexual de todos os cidadãos.

A omissão desse debate pode reforçar estigmas, alimentar o preconceito e contribuir para a perpetuação de situações de *bullying*, discriminação e violência, especialmente contra alunos e alunas LGBTQIAPN+. Já a sua inclusão no currículo escolar fortalece o compromisso da escola com os direitos humanos, com o respeito à dignidade da pessoa humana (art. 1°, III, da CF) e com o princípio da igualdade (art. 5°, *caput*, da CF).

Portanto, falar sobre gênero, orientação sexual e diversidade sexual, não é "ensinar ideologia", mas sim formar cidadãos conscientes e comprometidos com a igualdade e os direitos humanos, conforme impõem a Constituição e as diretrizes nacionais de educação.

O Supremo Tribunal Federal já consolidou entendimento no sentido de que leis ou projetos que buscam proibir ou restringir o ensino de temas de gênero e diversidade nas escolas violam frontalmente a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias.





Nas ADIs 5537 (Goiás), 5668 (Pará) e 6038 (Paraná), o STF declarou a inconstitucionalidade de leis municipais e estaduais que vedavam discussões sobre "ideologia de gênero" no ambiente escolar. Nesse sentido, destaca-se:

> "A vedação ao debate de gênero nas escolas ofende diretamente o pluralismo de ideias e a liberdade de ensinar e aprender, pilares do Estado Democrático de Direito." (ADI 5537, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgamento em 24.04.2020)

Em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5668, o STF reconheceu que o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) deve ser interpretado conforme a Constituição, explicitando a obrigação das instituições de ensino em coibir discriminações de gênero e orientação sexual, bem como combater o bullving e as discriminações de cunho machista e homotransfóbicas.

Além disso, o STF ressaltou que a autonomia pedagógica dos docentes e o direito dos estudantes de acessar conteúdos pluralistas são dimensões indissociáveis do direito fundamental à educação. Portanto, qualquer tentativa legislativa de restringir o livre exercício da docência viola o núcleo essencial da liberdade acadêmica.

III – DA REDUNDÂNCIA LEGISLATIVA: EXISTÊNCIA DE LEI ESTADUAL COM CONTEÚDO IGUAL AO PLO Nº 54/2025

A Lei Estadual nº 12.479, de 17 de julho de 2025, possui igual teor ao Projeto de Lei nº 54/2025, encontra-se em vigor e possui abrangência e eficácia para toda a rede de ensino, incluindo o Estado e os 78 Municípios capixabas.

Portanto, a tramitação de um projeto de lei que replica norma já vigente e eficaz configura perda de objeto, uma vez que a finalidade legislativa — regular determinada matéria — já foi atingida pela norma em vigor.

Além do mais, é importante registrar que tramita no Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7847 ajuizada contra a Lei Estadual nº 12.479/2025. Segundo os autores da ação, a lei questionada viola a Constituição ao invadir a competência da União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional e ao afrontar direitos fundamentais como a liberdade de expressão e a liberdade de cátedra.

Argumenta-se também que a norma cria ambiente de censura nas escolas, forçando docentes a silenciarem diante de dúvidas e perguntas dos alunos em virtude das limitações impostas por responsáveis legais.

Portanto, a ADI 7847, ao tramitar no STF, já assume função de parâmetro e alerta institucional de que restrições dessa natureza podem ser declaradas inconstitucionais.



Avenida Vitória, 23 - Centro - Caixa Postal 4 - 29830-000 - Nova Venédia-ES





Paralelamente, o Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES) formulou representação com pedido de medida cautelar para suspender a aplicação da Lei 12.479/2025. Na representação, o MPC-ES aponta vícios formais (invasão de competência da União, falta de participação do Conselho Estadual de Educação, iniciativa legislativa inapropriada) e materiais (violação da liberdade de cátedra, censura ideológica, prejuízo à gestão democrática e à qualidade social do ensino).

O pedido cautelar do MPC-ES visa impedir que a lei seja operacionalizada (inclusive por regulamentação, sanções ou exigências administrativas) até o julgamento definitivo do mérito, para resguardar o erário, a ordem jurídica e os direitos fundamentais (Processo 05781/2025-4 - Controle Externo Protocolo: 13033/2025-8).

Assim, considerando que já existe no ordenamento jurídico do Estado do Espírito Santo lei de igual teor a qual é objeto de controle de constitucionalidade no STF e de análise pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, é juridicamente impertinente, antieconômico, e desnecessária, além de potencialmente conflitante com o controle de constitucionalidade já em curso, a manutenção da tramitação do Projeto de Lei nº 54/2025.

IV – DA ATUAÇÃO ESCOLAR:

Por fim, este relator esclarece que além de ter realizado estudos aprofundados acerca do tema, também realizou uma reunião com o corpo docente da Escola Estadual de Ensino Médio Dom Daniel Comboni para entender melhor o assunto.

Os professores posicionaram-se, por unanimidade, contra a proposição e explicaram que ela é temerária ao limitar a atuação do professor. Além do mais, foi explicado que todos os assuntos abordados em sala de aula obedecem estritamente às diretrizes impostas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Estadual de Educação, no âmbito de suas competências.

Também foi esclarecido que, trimestralmente, é aberta uma escuta com a comunidade escolar, que abrange famílias, pré-conselhos, conselhos, onde são realizadas avaliações da atuação escolar, de forma que a escola está sempre aberta ao acolhimento familiar.

Dessa forma, ressalta-se que a escola não impõe nenhum tema de forma aleatória ou desconectada do currículo oficial, mantendo sempre uma atuação pautada pelo diálogo, pela escuta ativa e pela construção conjunta com as famílias, as quais têm oferecido um retorno positivo quanto ao trabalho desenvolvido pela instituição.

Centro - Caixa Postal 4 - 29830-000 - Nova Venécia-Es





IV-VOTO DO RELATOR:

Diante de todo o exposto, conclui-se que a abordagem de temas relacionados à gênero, orientação sexual e diversidade sexual nas escolas é um dever constitucional e pedagógico. Ela assegura a efetivação do direito fundamental à educação plena, promove o respeito à dignidade humana e concretiza os princípios da igualdade e do pluralismo.

Proibir ou limitar a abordagem dos referidos temas ou o acesso de alunos a tais discussões significa negar a função social da educação e violar os valores fundamentais consagrados pela Constituição Federal de 88, que preconiza uma sociedade justa, solidária e livre de qualquer forma de preconceito.

Sendo assim, o relator manifesta-se pela rejeição do Projeto de Lei nº 54/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 15 de outubro de 2025; 71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS

Relator - Vice-presidente dal CESA

Vereador pelo PRD







COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA (CESA)

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 54/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 54/2025: assegura aos pais e aos responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos ou de seus dependentes em atividades pedagógicas de gênero realizadas em instituições de ensino públicas e privadas do Município de Nova Venécia.
INICIATIVA:	Vereador Victor Cremasco Mendonça (DC).
RELATOR:	Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

A Comissão Permanente de Educação, Saúde e Assistência (CESA) manifesta-se pela aprovação do Parecer do Relator da matéria, Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD), às folhas 119 a 125, por maioria de seus membros.

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária de 22 de outubro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o parecer desta Comissão Permanente.

Avenida Vitória, 23 - Centro - Caixa Postal 4 - 29830-000 - Nova Venécia-







É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Educação, Saúde e Assistência (CESA) pela REJEIÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 54/2025.

Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 22 de outubro de 2025; 71° de Emancipação Política; 18ª Legislatura.

FELIPE BARBOSA DOS SANTOS

Presidente da CESA Vereador pelo PSB

JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS

Vice-Presidente da CESA - Relator

Vereador pelo PRD